



Deliberação Consema 27/2009 (Minuta B)

De 21 de julho de 2009.

261ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema.

Dispõe sobre diretrizes para a descentralização do licenciamento ambiental.

O Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de sua competência legal, em especial da atribuição que lhe confere o inciso I do artigo 2º da Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, e:

Considerando que o meio ambiente equilibrado é direito de todos, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, nos termos do Artigo 225 da Constituição Federal;

Considerando que, de acordo com o Artigo 23 da Constituição Federal de 1988, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”; “preservar as florestas, a fauna e a flora”;

Considerando que a Lei Federal nº 6.938/1981, em vigor, estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente e instituiu o Sisnama-Sistema Nacional de Meio Ambiente, criando as bases para a gestão ambiental compartilhada entre os entes federados;

Considerando que a gestão ambiental compartilhada entre os entes federados é condição fundamental para a melhoria da qualidade ambiental, na medida em que integra os órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, otimizando os recursos públicos envolvidos na gestão ambiental e aumentando o efetivo técnico envolvido no licenciamento e no controle ambiental;

Considerando que se entende por licenciamento ambiental o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou daqueles(as) que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, observando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Considerando que a participação do município no licenciamento ambiental preconizada pela Política Nacional de Meio Ambiente foi reforçada pela Resolução Conama 237/97, que regulamenta a atuação dos municípios no licenciamento de empreendimentos e atividades de impacto tipicamente local;

Considerando que o ponto de partida para os licenciamentos ambientais é a declaração, pela prefeitura, de que a atividade a ser licenciada é compatível com a legislação urbana do município;

Considerando que, pela sua tipologia, os empreendimentos que integrarão a lista ~~a ser apreciada pelo Conselho~~ **constante do Anexo 1** são aqueles que a experiência acumulada no licenciamento estadual demonstra ~~representarem~~ **acarretarem** impactos ambientais locais;

Considerando que, no licenciamento ambiental, o município observará necessariamente a legislação ambiental e os padrões de qualidade estaduais, sendo de sua opção a criação de legislação ambiental municipal mais restrita que a estadual;

Considerando que o licenciamento ambiental municipal atenderá ao princípio da publicidade nas decisões ambientais, princípio consolidado nas Resoluções Conama 06/1986 e 28/2001;

Considerando que a SMA e a CETESB têm, nos últimos anos, desenvolvido ações para capacitar os municípios paulistas para a gestão e o licenciamento ambiental, com o objetivo de estabelecer no Estado os fundamentos do funcionamento do Sisnama,

ESTABELECE as seguintes Diretrizes para a Descentralização do Licenciamento Ambiental:

Art. 1º - Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União e do Estado de São Paulo, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local ~~definidos por convênio entre o município e a Cetesb.~~

Art. 2º - São consideradas como de impacto ambiental local as atividades ~~que serão contempladas em lista a ser definida pelo Conselho~~ **listadas no Anexo 1 destas**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

diretrizes.

Parágrafo único – Quando a avaliação técnica da atividade ou do empreendimento demonstrar a existência de impacto que extrapole o âmbito local, o licenciamento deverá ser repassado ao órgão ou entidade ambiental competente.

Art. 3º - Para o exercício do licenciamento ambiental, o município deverá atender às seguintes condições:

I - Demonstrar a existência e funcionamento regular de Conselho Municipal de Meio Ambiente, de caráter deliberativo e composto paritariamente por órgãos do setor público e entidades da sociedade civil;

II - Contar, nos quadros do órgão municipal ambiental, com profissionais qualificados e legalmente habilitados pelos seus respectivos órgãos de classe, em número e com especialização compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas;

III - Contar com sistema de monitoramento e fiscalização ambiental que garanta o cumprimento das exigências e condicionantes das licenças expedidas.

IV Art. 4º - O município poderá firmar Convênio de Cooperação Técnica com a CETESB, objetivando o aprimoramento do sistema ambiental municipal, no qual deverá ser previsto, dentre outras ações, o treinamento da equipe da prefeitura em licenciamento e controle, e do qual se dará publicidade, mediante publicação no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial do Município.

Parágrafo Único - O treinamento de que trata este ~~inciso~~ artigo será realizado pela CETESB.

Art. 4º 5º - A CETESB, previamente à assinatura do Convênio de Cooperação, avaliará o cumprimento pelo município das condições previstas no artigo 3º, informando o CONSEMA.

Art. 5º 6º - ~~Sempre que necessário, a~~ Caberá à CETESB ~~avocar a si~~ o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades que impliquem em impactos ambientais que ultrapassem os limites territoriais do município, podendo qualquer interessado encaminhar questionamento acerca da abrangência dos impactos do empreendimento.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Art. 6º 7º- Quando a ampliação ou modernização dos empreendimentos e atividades já licenciados pelo órgão municipal de meio ambiente implicarem impactos ambientais que ultrapassem seus limites territoriais, a competência do licenciamento ambiental será ~~do órgão ambiental estadual~~ da **CETESB**.

Art. 7º 8º- No exercício do licenciamento, o município dará publicidade aos pedidos de licença, assegurando à sociedade e a todos os municípios limítrofes informações técnicas, especialmente aquelas que permitam avaliar a extensão territorial dos impactos ambientais das atividades objeto de pedido de licenciamento.

Art. 8º 9º - Sem prejuízo da publicidade na esfera municipal ~~e regional~~, a que se refere o artigo anterior, os pedidos de licença e as informações relevantes sobre o processo de licenciamento, inclusive as decisões proferidas pelo município, deverão ser publicados em sistema estadual a ser instituído pela ~~CETESB~~ **SMA**.

Art. 9º 10 - Durante a vigência do convênio, o município fornecerá anualmente à ~~CETESB~~ **SMA e ao CONSEMA** relatório das atividades licenciadas.

Art. 10 11 - A ~~CETESB~~ **A SMA, ouvido o CONSEMA**, definirá indicadores para o monitoramento e a avaliação das atividades de licenciamento e divulgará anualmente relatório de desempenho dos órgãos municipais licenciadores.

Francisco Graziano Neto
Secretário de Estado do Meio Ambiente
Presidente do Consema

GSF



ANEXO 1

LISTAGEM EXEMPLIFICATIVA DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS DE IMPACTO TÍPICAMENTE LOCAL

1. Obras de Transporte, exercido em âmbito intramunicipal
 - Construção e ampliação de pontes em vias municipais;
 - Recuperação de aterros de solo e contenção de encostas e taludes em vias municipais;
 - Abertura e prolongamento de vias intramunicipais;
 - Recuperação de estradas vicinais e reparos de obras de arte, em vias municipais;
 - Heliponto;
 - Corredor de transporte urbano de passageiros;
 - Terminal rodoviário (exceto em Áreas de Proteção aos Mananciais – APM, quando se tratar da Região Metropolitana de São Paulo).
2. Obras hidráulicas e saneamento, exercido em âmbito intramunicipal
 - Reservatórios de água tratada e Estações Elevatórias de água;
 - Adutoras de Água intramunicipal;
 - Estações elevatórias de esgotos, coletores tronco, interceptores, linhas de recalque intramunicipais, desde que ligados a uma estação de tratamento de esgotos;
 - Galerias de águas pluviais;
 - Canalizações de Córregos em áreas urbanas;
 - Desassoreamento de córregos e lagos, em áreas urbanas;
 - Unidade de reciclagem de resíduos sólidos domésticos.
3. Projetos de lazer, exercido em âmbito intramunicipal
 - Complexos turísticos e de lazer, hoteleiros, parques temáticos, com capacidade máxima estimada menor que 2.000 pessoas/dia;
4. Empreendimentos do setor elétrico
 - Linhas de transmissão e de distribuição, e respectivas subestações, desde que totalmente inseridas no território do município;
5. Empreendimentos Industriais
 - 5.1. Fabricação
 - Sorvetes e outros gelados comestíveis
 - Biscoitos e bolachas
 - Massas alimentícias
 - Artefatos têxteis para uso doméstico



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

- Tecidos de malha
- Acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção
- Tênis de qualquer material
- Calçados de material sintético
- Partes para calçados, de qualquer material
- Calçados de materiais não especificados anteriormente
- Esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais
- Artigos de carpintaria para construção
- Artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira
- Artefatos diversos de madeira, exceto móveis
- Artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis
- Formulários contínuos
- Produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório
- Produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente
- Produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente
- Artefatos de borracha não especificados anteriormente
- Embalagens de material plástico
- Tubos e acessórios de material plástico para uso na construção
- Artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico
- Artefatos de material plástico para usos industriais
- Artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios
- Artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente
- Artefatos de cimento para uso na construção
- Esquadrias de metal
- Artigos de serralheria, exceto esquadrias
- Equipamentos de informática
- Periféricos para equipamentos de informática
- Equipamentos de informática
- Máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios
- Periféricos para equipamentos de informática
- Geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios
- Móveis com predominância de madeira
- Móveis com predominância de metal
- Móveis de outros materiais, exceto madeira e metal
- Colchões
- Artefatos de joalheria e ourivesaria



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

- Aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda
- Aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda
- Escovas, pincéis e vassouras

5.2. Demais empreendimentos industriais ou de serviços

- Impressão de material para uso publicitário
- Impressão de material para outros usos
- Edição integrada à impressão de livros
- Lapidação de gemas
- Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração
- Produção de artefatos estampados de metal
- Atividades de gravação de som e de edição de música
- Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos
- Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos
- Reforma de pneumáticos usados
- Envasamento e empacotamento sob contrato
- Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
- Atividades que queimem combustível sólido ou líquido abaixo descritas:
 - Hotéis
 - Apart-hotéis
 - Motéis
 - Lavanderias
 - Tinturarias

6. Coleta de resíduos não-perigosos

7. Gestão e manutenção de cemitérios

Nota: Quando os empreendimentos e atividades se localizarem em áreas de proteção dos mananciais não abrangidas por legislação específica conforme prevê a Lei 9866 de 28.11.97, deverá ser previamente ouvido o órgão ambiental estadual.

8. A emissão de autorização para supressão de vegetação nativa e intervenções em Áreas de Preservação Permanente, seguindo as regras descritas nos itens A, B.

A) Em áreas urbanas consolidadas nas situações descritas abaixo caberá à Prefeitura, mediante convênio assinado com o órgão estadual a emissão de autorizações, observada a legislação vigente, constituindo o convênio a anuência prévia do órgão estadual nas situações descritas a seguir.

- Supressão de árvores nativas isoladas e de exemplares arbóreos de espécies exóticas;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

- Corte de árvores nativas isoladas incluídas nas listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção, observado o disposto na Resolução SMA 18/07;
- Intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), nos casos permitidos pela legislação, quando a área se apresentar sem vegetação, árvores isoladas ou com vegetação em estágio pioneiro de regeneração.
- Supressão de fragmento de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica nos estágios inicial e médio de regeneração, excetuado o disposto no artigo 30 da Lei 11.428, de 22 de dezembro de 2006.
- Supressão de fragmento de vegetação nativa do Bioma Cerrado no estágio inicial de regeneração do Cerradão e do Cerrado Stricto Sensu.

B) Em áreas rurais (não urbanas) e nas demais situações não previstas nos item “A” as intervenções em Áreas de Preservação Permanente e supressão de vegetação nativa serão emitidas pelo órgão estadual.

Considerando as seguintes definições:

- Árvores Isoladas: são aquelas situadas fora de fisionomias vegetais, sejam florestais ou savânicas, cujas copas ou partes aéreas não estejam em contato entre si, destacando-se da paisagem como indivíduos isolados;
- Fragmento de vegetação nativa: remanescentes do bioma Mata Atlântica composto por vegetação primária ou secundária, nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração definidos na Resolução CONAMA 01/94 e remanescentes do bioma Cerrado, observando-se a definição dada pela Resolução SMA nº55/95, Anexo 1.
- Vegetação em estágio pioneiro de regeneração: é aquela cuja fisionomia, geralmente campestre, tem inicialmente o predomínio de estratos herbáceos, podendo ocorrer estratos arbustivos, conforme definição da Resolução CONAMA 001/94.
- Área urbana: entende-se por área urbana, para fins deste convênio, aquela que se caracterize simultaneamente pelos seguintes critérios:

i. Definição legal pelo poder público;

ii. Existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infra-estrutura urbana:

- malha viária com canalização de águas pluviais
- rede de abastecimento de água
- rede de esgoto
- distribuição de energia elétrica e iluminação pública
- recolhimento de resíduos sólidos urbanos
- tratamento de resíduos sólidos urbanos

iii. Densidade demográfica superior a cinco mil habitantes por km².



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA